

## COOPERATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

Nos últimos 30 anos, a disseminação geográfica crescente de atividades econômicas desbordou as fronteiras de inúmeros países. Este fenômeno, conhecido como “internacionalização”, logo evoluiu para outro mais amplo e generalizado denominado “globalização”, que é a integração funcional entre economias dispersas internacionalmente. É quase recente. Remonta originariamente ao fim da [Segunda Guerra Mundial](#), passando pela estagnação econômica da [URSS](#), a partir de 1975 e alcançando o colapso do [bloco socialista](#), finda a [Guerra Fria](#), entre [1989](#) e [1991](#). Caracteriza-se pela homogeneização dos centros urbanos, a expansão das corporações para regiões exteriores a seus núcleos geopolíticos, a revolução tecnológica nas comunicações e na eletrônica, a reorganização geopolítica do mundo em blocos comerciais regionais (não mais ideológicos), a miscigenação entre culturas populares locais contrapostas a uma [cultura de massa](#) supostamente "universal". Sob sua égide surgiram inegáveis benefícios para a economia mundial, em termos de produtividade e de eficiência na utilização de recursos produtivos. Concomitantemente, instaurou-se sensível redução nos níveis de desenvolvimento social nas nações influenciadas por ele, com aspectos peculiares no Brasil.

Constata-se, pois, a existência de cenário capaz de gerar ou incrementar diversos fatores de empobrecimento da população de baixa renda e, mais recentemente, da chamada classe média. Entre os primeiros, conta-se a dificuldade em garantir-lhe condições mínimas de sobrevivência digna, buscando-se, dentre inúmeras possibilidades, a que pudesse responder à questão, com aproveitamento de mecanismos produtivos e econômicos usuais, com opção para o Cooperativismo, que é uma forma de economia social.

Juntamente com a associação e o sindicato, é uma das formas de associativismo, que, por sua vez, originou-se do instituto da ajuda mútua, conhecida desde os mais remotos traços da civilização. Iniciou-se em meados do século XIX (Pioneiros de Rochdale) como reação ao desemprego decorrente da Revolução Industrial e à opressão exercida sobre os trabalhadores pelos proprietários dos meios de produção. De início, apresentou fases de significativo crescimento, mas atravessou períodos de reconhecido declínio, como por ocasião do pleno emprego proporcionado pela implantação do Plano

Marshall na Europa e Japão. No Brasil, vem surgindo como alternativa ao desemprego massivo ocasionado pela globalização da economia, aplicando-se a vários casos, com grande qualidade e produtividade. Manifestou-se sempre como forma de organização de trabalho calcada em princípios democráticos a serem exercidos em uma sociedade justa, livre e fraterna, materializada por empreendimentos econômicos autônomos de propriedade coletiva, que chegaram aos dias atuais. Na tradição dos seus fundadores, os membros das cooperativas acreditam nos valores éticos da honestidade, transparência, responsabilidade social e preocupação com seu semelhante. Embora mantidos tais princípios, os propósitos a que serviram sofreram grandes alterações nestes seus 163 anos de existência. De mero facilitador de transações em seus primórdios, modernamente assume foros de opção econômica à economia mercantil, sofrendo as mesmas injunções concorrenciais e de mercado que estas últimas, apresentando, todavia, nítidas vantagens.

As cooperativas organizam-se internacionalmente sob os auspícios da Aliança Cooperativa Internacional – ACI, criada em 1895. No continente americano essa articulação é feita pela Organização das Cooperativas da América – OCA - fundada em 1963, atualmente com sede em Bogotá, Colômbia, integrando representações de vinte países, inclusive o Brasil.

No solo pátrio teve início em 1847, com a colônia Tereza Cristina, Paraná, que mesmo tendo tido breve existência, fixou-se na memória coletiva, como marco inicial do cooperativismo brasileiro. Somente no final do século XIX é que surgiu no Brasil o cooperativismo propriamente dito, localizando-se na zona rural do país. De lá para cá evoluiu ao ponto de ser constituído em política nacional

A representação de todo o sistema cooperativista nacional cabe à Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB, que se institucionalizou legalmente através da lei federal 5.764/71 de 16/12/1971.

Entre nós, o cooperativismo dispõe de importante fulcro institucional, como demonstração de sua importância e reconhecimento, frente ao sistema econômico do país. A fonte legislativa primordial do cooperativismo está inserida na Constituição Federal, em três locais:

- Título II, Capítulo I, XVIII;
- Título VI, Capítulo I, Seção I, Artigo 146, III, item c;
- Título VII, Capítulo I, Art. 174, § 2º.

Uma das mais características formas de expressão do autêntico cooperativismo é a *economia solidária*. Pode-se defini-la como a ação capaz de gerar novas oportunidades de inserção social por meio do trabalho, desde que revestida de alguns valores que a legitimem: democratização da gestão do trabalho, ajuda mútua, responsabilidade, equidade e solidariedade, domínio do “know-how” produtivo, distribuição eqüitativa da renda obtida e fortalecimento do desenvolvimento local de forma auto-sustentável. Baseia-se na auto-gestão dos empreendimentos, permeada pelos valores éticos da honestidade, transparência e *responsabilidade social*.

A economia solidária agrega o conjunto das empresas que claramente se regem pelos princípios do cooperativismo, ou seja, a autogestão. A cooperativa de produção pode ser considerada a unidade básica da economia solidária. Outros exemplos expressivos de cooperativas autogestionárias são as de comercialização, de consumo e de crédito.

O surgimento da economia solidária no Brasil parece ser réplica à grande crise do início da década de 80, quando empresas de variado porte vão a concordata e a falência. Formam-se, então, algumas cooperativas importantes como a indústria Wallig de fogões em Porto Alegre, a Cooperminas, (explora mina de carvão falida em Criciúma - Santa Catarina) e as cooperativas que operam as fábricas da antiga Tecelagem Parahyba de cobertores em Recife e em S.José dos Campos, todas operando até esta data, sob a égide da economia solidária.

Álvaro da Cunha Caldeira é administrador de empresas, arquiteto, Mestre em Cooperativismo e consultor de organizações.

Fontes de consulta:

CALDEIRA, A.C. (2006). *O Cooperativismo como estratégia de negócios*. 143 p.

Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Vice Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação, Universidade Paulista, São Paulo .

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - Imprensa Oficial do Estado de São Paulo ( 1999).

GOMES, A.J. (2005). *Origem e evolução do cooperativismo no mundo e no Brasil e sua contribuição para constituir o segmento educacional brasileiro. In* Linguagens, Educação e Sociedade. Teresina, PI; nº 12, p. 13-25.

SINGER, P. *Cooperativismo e sindicatos no Brasil. In: CUT BRASIL. Sindicalismo e economia solidária: reflexões sobre o projeto da CUT. São Paulo: CUT, 1999. p. 23-8.*

SINGER, P. *A recente ressurreição da economia solidária no Brasil - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 2002.*